



**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES  
DA COMUNIDADE DOS PEREIRA, MUNICÍPIO DE ÁGUAS FORMOSAS/MG**

***SOCIOECONOMIC CHARACTERIZATION OF FAMILY FARMERS IN THE  
COMMUNITY OF PEREIRA, MUNICIPALITY OF ÁGUAS FORMOSAS/MG***

**Bernardo Almeida Rocha**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, MG, Brasil  
[bernardob.rocha@hotmail.com](mailto:bernardob.rocha@hotmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-9772-5627>

**Eduardo Guimarães Rocha**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, MG, Brasil  
[eduardorocha13g@gmail.com](mailto:eduardorocha13g@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-1784-4176>

**Luiz Célio Souza Rocha**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, MG, Brasil  
[luiz.rocha@ifnmg.edu.br](mailto:luiz.rocha@ifnmg.edu.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-8865-9867>

---

**Resumo**

Dada a relevância da agricultura familiar para a economia do Brasil (Abramovay, 1998), o presente estudo teve como objetivo analisar as características socioeconômicas dos agricultores familiares da Comunidade dos Pereira, município de Águas Formosas/MG. Para tanto, realizou-se uma pesquisa aplicada, exploratória, descritiva e qualitativa em que os instrumentos técnicos utilizados para a coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas. Dos entrevistados, 54% detêm áreas menores que 10 hectares, em sua maioria possuem a escritura da terra, praticam uma agricultura em pequena escala bastante diversificada, 86% não recebem assistência técnica, 28% vivem apenas do que produzem, possuem renda entre R\$1.600,00 a R\$3.450,00, 57,1% possuem financiamento com recursos do PRONAF e 54% dos entrevistados não finalizaram o ensino fundamental. Foi possível perceber que os produtores apresentam baixo nível de escolaridade, não conseguem se sustentar apenas da atividade praticada no campo, carecem de assistência técnica, de tecnologia e de acesso a políticas públicas. Com base nos

resultados, as políticas públicas para a agricultura familiar deveriam: facilitar o acesso à assistência técnica; permitir a regularização fundiária; implementar programas de desenvolvimento de negócios; e buscar melhorias da produção com práticas voltadas para inserção de tecnologia alinhada à preservação do meio ambiente.

**Palavras-chave:** Famílias Agrícolas, Permanência no Campo, Políticas Públicas.

### **Abstract**

*Given the relevance of family farming to the Brazilian economy (Abramovay, 1998), the present study aimed to analyze the socioeconomic characteristics of family farmers in the Pereira community, in the municipality of Águas Formosas/MG. Therefore, an applied, exploratory, descriptive and qualitative research was carried out in which the technical instruments used for data collection were semi-structured interviews. Of those interviewed, 54% own areas smaller than 10 hectares, most of them have the deed to the land, practice a very diversified small-scale agriculture, 86% do not receive technical assistance, 28% live only on what they produce, have an income between R\$1,600.00 to R\$3,450.00, 57.1% have funding with resources from PRONAF and 54% of respondents have not finished elementary school. It was possible to perceive that the producers have a low level of education, they cannot support themselves only from the activity practiced in the field, they lack technical assistance, technology and access to public policies. Based on the results, public policies for family farming should: facilitate access to technical assistance; allow land tenure regularization; implement business development programs; and seek production improvements with practices aimed at inserting technology in line with the preservation of the environment.*

**Keywords:** *Agricultural Families, Permanence in the Countryside, Public Policies.*

## **1. INTRODUÇÃO**

Desde o início do processo de ocupação do território brasileiro a agricultura familiar – por muito tempo chamada de agricultura de subsistência – faz parte da rotina das atividades produtivas do país. Os agricultores eram grupos sociais desfavorecidos em relação a financiamentos e incentivos por parte do governo, até então marginalizados em termos de acesso aos benefícios de política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares e produtores de baixa renda. A partir do momento em que começaram a ter acesso a benefícios de financiamento, com a criação do Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, por parte do Estado brasileiro, eles começaram a ser reconhecidos em uma nova categoria social – os agricultores familiares (Mattei, 2014).

Algumas características básicas foram estabelecidas para que o agricultor familiar fosse reconhecido. Para efeitos da Lei nº 11.326, de 24 julho de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha alguma parte da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Lei nº 11.326, de 24 julho de 2006).

Costa, Junior e Silva (2015) reproduzem a argumentação de Abramovay (1998), dizendo que a agricultura familiar, apesar de contar com a menor proporção de terras, é mais expressiva em quantidade, gera mais trabalho e renda, além de contribuir com produção maior por área cultivada.

Contribuindo com esse importante debate, este estudo teve como objetivo analisar as características socioeconômicas dos agricultores familiares da Comunidade dos Pereira, buscando produzir dados científicos acerca desse assunto. Dentre as justificativas para o presente estudo, está a importância de a população e os órgãos públicos terem ciência das condições socioeconômicas dessas famílias, a fim de oportunizar a abertura para possíveis implementações de políticas públicas, visando a manutenção das famílias no campo e melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, já que, no Brasil, de acordo com dados do último censo agropecuário, apenas 20,1% dos produtores familiares recebem orientações técnicas. Do total de estabelecimentos agropecuários, 77% são representados pela agricultura familiar, que é responsável por mais de 23% do valor bruto da produção agropecuária (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

Este artigo compõe-se de mais quatro seções, além desta introdução. A seção 2 apresenta a revisão da literatura, os conceitos e definições do que é agricultura familiar e, logo em seguida, apresenta a importância econômica que esse setor tem no Brasil, e como as políticas públicas rurais influenciam a permanência no campo. A seção 3 apresenta a metodologia empregada para se atingir os objetivos do artigo. A seção 4 apresenta os resultados do trabalho e a seção 5 traz as considerações finais.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. Agricultura Familiar

Existem duas principais formas de produção agropecuária, sendo o agronegócio, também chamado de agricultura patronal e a agricultura familiar. Não existe uma definição universal sobre o que seja “Agricultura Familiar” (Oliveira *et al.*, 2020). Entretanto, várias instituições, como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) entre outras, apresentam seus conceitos e definições. Contudo, a expressão começou a ser utilizada recentemente, em meados dos anos 80 e com maior uso na década seguinte, para designar a produção agrícola através do trabalho familiar em uma pequena propriedade rural (Almeida, 2013).

Lacerda *et al.* (2010, p.42) afirma que “a agricultura familiar é uma forma de produção, onde predomina a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos agricultores familiares, com ênfase na diversificação [...]”, ou seja, na agricultura familiar existe a utilização da mão de obra, na sua grande maioria da própria família, sendo a contratação excedente, baixa ou nula. A produção é destinada em parte ao sustento da família e apenas a parte excedente desses produtos é comercializada. Há tomada de decisões *in loco*, condicionada pelas especificidades do processo produtivo e com ênfase no uso de insumos internos (Almeida, 2013).

Na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, de que "Propriedade Familiar" é o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964).

Para se definir uma propriedade rural em pequena ou média, existe a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, Art. 4º, incisos II e III em que consta na sua redação a seguinte definição:

Art. 4º Para os efeitos desta lei, conceituam-se:

II - Pequena Propriedade - o imóvel rural:

a) de área até quatro módulos fiscais, respeitada a fração mínima de parcelamento;

III - Média Propriedade - o imóvel rural:

a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais (Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993).

O módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade (Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979).

A agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, com diversidades regionais que influenciam a disponibilidade de recursos, no acesso ao mercado, a capacidade de geração de renda e acumulação (Buainain *et al.*, 2003). Contudo, em alguns países, o conceito é muito amplo e não tem restrição quanto ao tamanho da propriedade e aos níveis de renda e produção (Oliveira *et al.*, 2020). Segundo Zachow e Plein (2018), a maioria dos estudiosos discordam dos quesitos tamanho da propriedade e renda, mas percebe-se que, mesmo nessa definição simplista, que desconsidera os fatores sociais, está contemplada a gestão da propriedade.

Conforme Graf (2016), a agricultura familiar, em sua grande maioria, é uma forma de organização social que visa a continuidade do patrimônio familiar, representada pela terra, através de seus descendentes. Os agricultores buscam, entre seus filhos, um sucessor que permaneça na propriedade rural, determinando assim o encaminhamento do estabelecimento rural e a forma de transmissão do patrimônio, trazendo a ideia de hereditariedade.

Já no agronegócio, as atividades agropecuárias utilizam técnicas de produção intensiva (mecanização e química) e de escala, o que gera aumento da produção e da produtividade. Existe uma completa separação entre gestão e trabalho, ênfase em práticas agrícolas padronizáveis, trabalho assalariado predominante e tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento” (Almeida, 2013; Sauer, 2008; Veiga, 1996).

## **2.2. Importância Econômica da Agricultura Familiar**

Segundo Rocha *et al.* (2019, p.106), “no caso do Brasil, a agricultura se destaca entre as maiores do mundo e representa uma fonte de alimentos e de matéria prima para muitos países, sendo este destaque oriundo de inúmeros esforços ao longo do tempo”.

De maneira mais específica, tem-se que a participação da Agricultura Familiar no Brasil é de suma importância para a economia, haja vista que ela abastece a mesa das famílias (Berchinet *et al.*, 2019), gera renda, colabora para o desenvolvimento regional e na preservação do

meio ambiente. No setor agropecuário, 77% dos estabelecimentos são representados pela agricultura familiar, que é responsável por mais de 23% do valor bruto da produção. Além disso, a agricultura familiar responde por aproximadamente 60% da produção de todos os alimentos consumidos no país, empregando 74% das pessoas ocupadas no campo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a contratação de mão de obra com intermediação de terceiros na agricultura familiar cresceu 143% comparado com o último censo feito em 2006. A agricultura familiar, além de ser a base social de um projeto economicamente viável, é uma categoria social que gera mais trabalho e renda para a sociedade (Abramovay, 1998; Costa *et al.*, 2015; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

Guilhoto *et al.* (2007) apontaram que a produção familiar não é somente um fator de desaceleração do fenômeno do êxodo rural e fonte de recursos para famílias de rendas menores, como também possui importante contribuição para a geração de riquezas. Entretanto, apresentam a insuficiência de terras, dificuldades creditícias, o menor aporte tecnológico, a fragilidade da assistência técnica e a subutilização da mão de obra.

### **2.3. Permanência no Campo: Políticas Públicas**

Os agricultores familiares sempre foram grupos sociais desfavorecidos em relação a financiamentos e incentivos por parte do governo, marginalizados em termos de acesso aos benefícios de política agrícola, bem como designados por termos como pequenos produtores, produtores familiares e produtores de baixa renda (Mattei, 2014). De acordo com Aquino, Gazolla e Schneider (2018), a maioria absoluta dos agricultores familiares brasileiros é formada por produtores extremamente pobres ou pobres/intermediários.

Görgen (2004) define políticas públicas para agricultura familiar como sendo ações e políticas que cabem aos governos realizar para desenvolver a agricultura camponesa e a produção de alimentos, distribuir renda, desenvolver o interior do Brasil e construir uma verdadeira democracia econômica e social na nação soberana.

Contudo, Abramovay (1998) ressalta que existe um espaço significativo a ser ocupado pelos agricultores familiares cujo desempenho, entretanto, vai depender fundamentalmente de sua capacidade de organização local e pressão sobre as instituições públicas e privadas para mudar a matriz de sua inserção social, ou seja,

a agricultura familiar é a base social de um projeto economicamente viável. Existe a clara consciência de que não só ela tem um peso social majoritário, mas também que ela poderia preencher uma função decisiva (e em algumas regiões e alguns setores já o faz) na própria oferta agropecuária (Abramovay, 1998, p.145).

Em 1996, o Estado brasileiro criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi resultado de muitas reivindicações dos trabalhadores rurais organizados e de outros grupos sociais que apontavam a importância de se estabelecer políticas que propiciassem os meios necessários ao fortalecimento da produção agrícola familiar no Brasil. Esse programa, atualmente, alcança considerável dimensão com operações em todo o território nacional, consolidando-se como a principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil e representando uma injeção considerável de recursos monetários na economia de muitos municípios, com destaque para os mais pobres (Silva, 2011).

As políticas públicas são fundamentais para alavancar a produção desses pequenos agricultores, melhorar a distribuição de alimentos nas pequenas cidades e gerar emprego. Logo no final do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para tratar das questões relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária, enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ficava responsável pelas atividades agropecuárias empresariais (do chamado “agronegócio” ou “agricultura patronal”). O MDA, mesmo não sendo o responsável exclusivo por políticas para o segmento da agricultura familiar, desde a sua origem, acabou concentrando boa parte das ações direcionadas a este público. A composição da gestão do MDA nos governos Lula (2003-2011) e Dilma (2012-2016) contou com a participação de quadros ligados aos movimentos sociais e sindicais (Picolotto, 2014).

Nesses governos, foram criadas diversas políticas para o setor da agricultura familiar, que vão além daquelas relacionadas ao crédito, tais como: Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa Garantia de Safra, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Luz para Todos, Arca das Letras, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), entre outras (Picolotto, 2014).

Dessa forma, ressalta-se que

O reconhecimento alcançado com as políticas públicas não se dá somente nos aspectos produtivos, ligados à profissão e ao local do processo produtivo, mas incluem outras dimensões do mundo da vida, tais como: a habitação rural, a educação, a capacitação, o desenvolvimento dos territórios rurais pensados em suas diversas dimensões, a cultura local etc. Trata-se de uma forma diferenciada de conceber o mundo rural, de tratar os agricultores como cidadãos, não somente como produtores (Picolotto, 2014, p. 77).

O apoio à produção familiar agrícola pode ser uma estratégia para a dinamização da economia de muitos municípios brasileiros e com grande potencial para a redução da desigualdade social e pobreza em territórios com fortes características rurais que passam por uma fase de estagnação econômica. Não obstante, alguns desafios ainda persistem para a consolidação de uma estratégia como essa, tais como: infraestrutura deficiente para logística da produção, necessidade de beneficiamento e comercialização e baixo nível de escolaridade formal dos agricultores (Silva, 2011).

### **3. METODOLOGIA**

Quanto à natureza, essa pesquisa classifica-se como aplicada. Segundo Turrioni e Mello (2012, p. 90), a pesquisa aplicada “caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados imediatamente na solução de problemas que ocorrem na realidade”. Quanto aos objetivos, classifica-se como exploratória e descritiva. Exploratória pois, segundo Turrioni e Mello (2012, p. 81), “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses”, envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Descritiva, visto que pretende “descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Turrioni & Mello, 2012, p. 81).

O método utilizado neste trabalho foi o qualitativo. Sobre isso, Turrioni e Mello (2012) dizem que a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Ele tende a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (Turrioni & Mello, 2012).

As técnicas utilizadas para coleta de dados nesta pesquisa foram formulários, entrevistas semiestruturadas e informações de arquivo oficiais. Segundo Marconi e Lakatos (2003), o formulário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito, com ou sem a presença do entrevistador, e a entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema. A entrevista é semi estruturada pois pode não seguir um roteiro fixo, mas possui questões pré-definidas. Ela pode ser adaptável conforme o rumo do



diálogo. Dessa forma, o entrevistador precisa manter um diálogo com o entrevistado. Isso permite maior flexibilidade para aprofundar ou confirmar determinadas informações apresentadas. Ressalta-se que uma das vantagens desse método de coleta de dados é que pode ser utilizada com todos os segmentos da população (analfabetos ou alfabetizados), para que se consiga uma maior obtenção de dados sem limitações (Marconi & Lakatos, 2003).

A aplicação do formulário na comunidade foi realizada no período de novembro a dezembro de 2021 e foram identificados um total de 14 produtores familiares na comunidade. O diagnóstico foi elaborado de forma a abranger as várias questões referentes à realidade de vida dos entrevistados. Nesse formulário, foram abordadas questões como: quantas pessoas moram na propriedade, nível de escolaridade do produtor(a) e dos seus familiares, questões fundiárias, atividade praticada, produtos produzidos e comercializados, local de comercialização, etc. Ademais, procurou deixá-lo o mais simples possível, de modo a não torná-lo cansativo para o agricultor, interferindo nos resultados.

A escolha da entrevista ocorreu devido à facilidade de acesso aos agricultores, ou seja, em que o acesso ao entrevistado pode ocorrer de modo menos formal. No decorrer dessa etapa, procurou-se tornar a entrevista mais interativa, de forma que permitisse ao agricultor opinar, discutir, contar sua vivência em relação aos tópicos do formulário. Para organizar as informações referentes ao questionário, os dados foram digitados em planilha do Excel, para posterior confecção dos gráficos.

As fontes documentais escolhidas para essa pesquisa são as oficiais, que constituem geralmente a fonte mais fidedigna de dados. Elas podem dizer respeito a atos individuais, ou, ao contrário, atos da vida política, de alcance municipal, estadual ou nacional. Também podem ser arquivos públicos, arquivos particulares de instituições de ordem privada e outros, onde se encontram: registros, ofícios, correspondências, atas, memoriais, programas, comunicados etc. A coleta e elaboração de dados estatísticos, inclusive censitários, está a cargo de vários órgãos particulares e oficiais, entre eles o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Marconi & Lakatos, 2003).

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A seguir serão abordados os aspectos relacionados com os produtores das comunidades participantes do projeto, tais como: informações sobre o lote, aspectos sociais, experiências de atividades, participação em organizações, tipos de produções, dados econômicos e de trabalho.

#### 4.1. Identificação da Região de Procedência

A comunidade dos Pereira está localizada a cerca de 20 km do município de Águas Formosas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Águas Formosas é uma cidade localizada no nordeste de Minas Gerais, fazendo parte da mesorregião do Vale do Mucuri. O município conta com uma população estimada em 2020 de 19.247 pessoas, com um Produto Interno Bruto (PIB) per capita, em relação a 2018, de R\$12.107,63 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 de 0,645, considerado médio (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

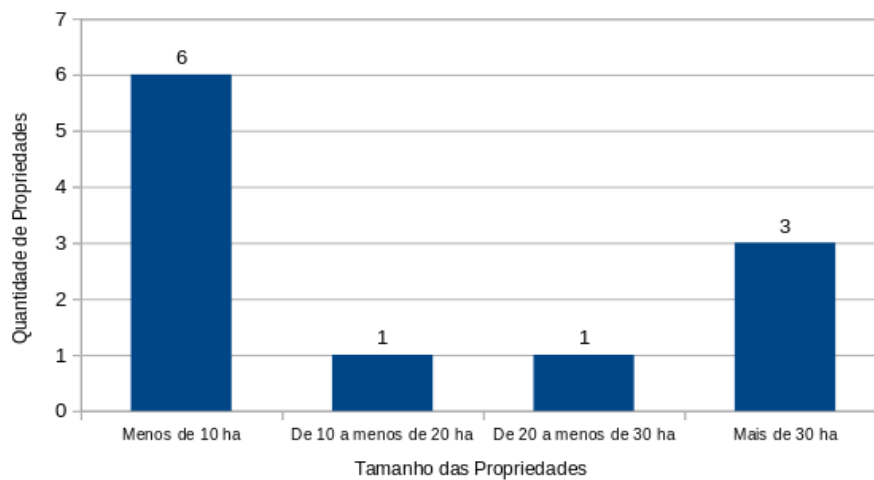
**Figura 1** - Localização de Águas Formosas em Minas Gerais.



Fonte: Wikipédia (S.d.).

#### 4.2. Condição Fundiária

A terra é o principal meio para a produção agropecuária. Perguntados sobre o tamanho da propriedade, cerca de 54,0% dos agricultores detêm áreas com menos de 10 hectares. Verifica-se também que as áreas com mais de 30 hectares representam cerca de 27,0% dos agricultores e 18,0% estão entre 10 a menos de 30 hectares, e algumas das propriedades são compartilhadas entre seus familiares, ou seja, mais de uma pessoa por propriedade. Essas propriedades podem ser representadas conforme a Figura 2.

**Figura 2** - Tamanho das propriedades

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Meirelles e Filho (2004) dizem que o tamanho da propriedade está diretamente correlacionado com o acesso a crédito, participação a programas governamentais e a adoção de novas tecnologias. Assim, a viabilidade econômica das pequenas propriedades é reduzida por falta de capital, enquanto as maiores propriedades recebem mais apoio governamental proporcionalmente ao aumento da produção.

Nesse sentido, os problemas aqui apresentados também se fazem presentes em vários trabalhos, em especial o de Bezerra e Schindwein (2017), pois afirmam que os agricultores respondentes das entrevistas realizadas por eles possuem uma pequena quantidade de terra e, na maioria dos casos, precisam unir atividades agrícolas e não agrícolas para aumentar seus rendimentos financeiros. Dessa forma, os agricultores familiares adotam práticas mais conservacionistas em relação à produção, considerando que não há investimentos governamentais o suficiente para a mecanização dos processos produtivos.

Por conseguinte, quando perguntados sobre a documentação que possuem das propriedades, cerca de 78,6% dos proprietários responderam que têm como documentação a Escritura Pública e o restante, 21,4%, não possui ou tem apenas o Contrato de compra e venda.

### 4.3. Aspectos Sociais

Quanto aos benefícios oferecidos pelo governo, destaca-se o Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Aposentadoria, Pensão por Morte e a Pensão por Invalidez, pagos em 2021, que está presente em 85,7% das famílias. A renda delas varia de R \$1.600,00 a R \$3.450,00 e cerca

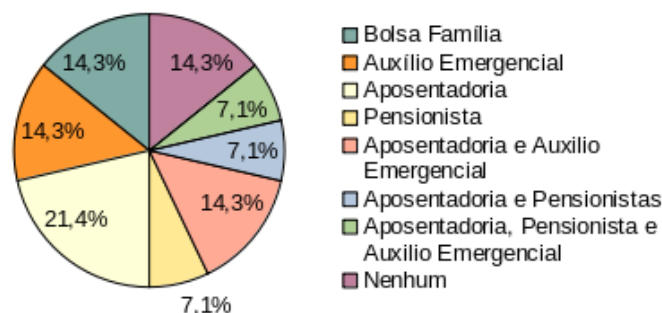
de 48,0% representam o quantitativo da renda oriunda de benefícios governamentais e outros 51,7% da renda é realmente da produção agropecuária.

Certamente a aposentadoria é o programa público que mais contribui para a renda dos agricultores. No meio rural, graças aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que auxiliam nos processos que garantem a aposentadoria dos trabalhadores rurais, sendo que eles se aposentam mais cedo que os demais trabalhadores (55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens), o número de aposentados é maior (Ribeiro *et al.*, 2014). O benefício está presente em cerca de 50,0% das famílias entrevistadas e está ligado diretamente à idade dos beneficiários, demonstrando o envelhecimento da população rural investigada, cuja emigração dos jovens em função da falta de oportunidades do campo é um fator preocupante que contribui para o envelhecimento dos agricultores (Delgado & Cardoso Jr, 1999).

Outro programa público que se faz presente na região é o Auxílio Emergencial. Esse subsídio foi disponibilizado durante a pandemia do COVID-19 e é responsável, juntamente com os outros benefícios anteriormente citados, por diminuir os impactos econômicos causados pela doença (Ministério da Cidadania, 2020). Verificou-se que 35,7% das famílias entrevistadas recebiam o auxílio. Na Figura 3, é possível visualizar os auxílios que essas famílias recebem e as porcentagens dos respectivos benefícios.

O grande número de aposentados e a considerável cobertura dos programas governamentais ajudaram a criar uma renda monetária contínua para essas famílias, mas é inegável que há uma longa estrada para percorrer a fim de dar melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, melhores condições de vida a essa população.

**Figura 3** - Auxílios governamentais

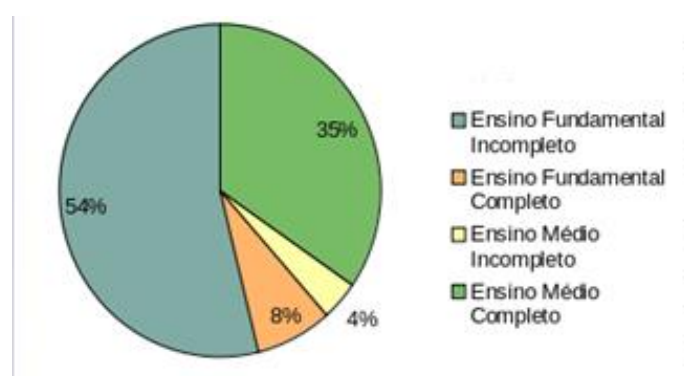


Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados e dos seus familiares, na comunidade em que foi desenvolvida a pesquisa, como demonstrado na Figura 4, 54,0% dos entrevistados apresentam o ensino fundamental incompleto, apresentando-se um índice de

escolaridade preocupante. Dessa forma, é possível perceber que os produtores apresentam baixo nível de escolaridade. Sobre isso, como observado por Silva (2011) no seu trabalho, no qual o autor diz que alguns desafios ainda persistem para a consolidação de uma estratégia para esta categoria social. De acordo com Silva (2011), em termos de acesso à educação, a população rural apresenta índices bem inferiores à urbana. Nesse sentido, evidenciou-se que apenas 8,0% dos entrevistados concluíram o ensino fundamental, 4,0% cursaram até o ensino médio incompleto e 35,0% apresentaram ensino médio completo.

**Figura 4** - Nível de escolaridade



Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Uma maneira de adquirir conhecimentos e qualificações técnicas na área de produção agrícola ocorre por meio da participação em cursos e treinamentos. Assim, a participação em tais eventos serve como um indicador de conhecimento formal sobre a cultura que praticam. O nível da educação formal, juntamente com a experiência dos produtores, determinam as decisões sobre diversos aspectos na propriedade, principalmente sobre a adoção e/ou aperfeiçoamento de tecnologias para contribuir na produtividade da produção (Meirelles & Filho, 2004).

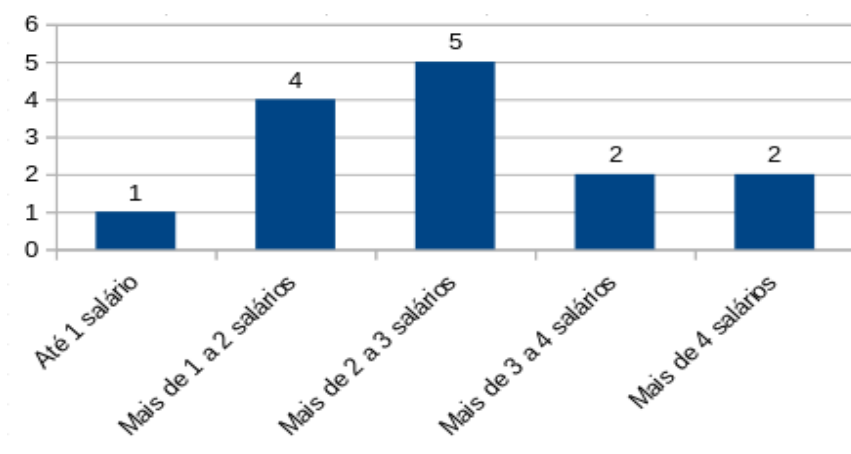
Outrossim, verificou-se que 85,7% dos entrevistados declararam participar de algum curso e treinamento. Os cursos que foram realizados pelos agricultores são: curso de vaqueiro, cercas em geral, operação e manutenção de motosserras e roçadeiras, inseminação, gestão de qualidade do campo, costureira, argila, merendeira, pintura, meio ambiente, qualidade do leite, administração de fazendas, recuperação de nascentes e áreas degradadas e curso básico em apicultura, cursos esses oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), além do curso de agroecologia disponibilizado pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em parceria com o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

Observou-se que há uma presença marcante do SENAR na comunidade analisada. Segundo Silva e Nunes (2022) o desenvolvimento do processo formativo do SENAR é baseado em competências, em que há conhecimentos (saber), habilidades (saber-fazer) e atitudes (saber-ser) que devem ser estimuladas considerando as funções demandas pelo mercado de trabalho. O SENAR foi inspirado no SENAI para a Formação Profissional com base em competências, porém aperfeiçoadas à realidade institucional e às peculiaridades do meio rural (Silva & Nunes, 2022).

#### 4.4. Dados Econômicos e Trabalhistas

Na Figura 5, observa-se que 7,1% dos agricultores detêm a renda de até 1 salário-mínimo. Entre 1 e 2 salários-mínimos, estão cerca de 28,6% dos agricultores. De 2 a 3 salários-mínimos, encontra-se aproximadamente 35,7% dos agricultores, o que representa a maioria dos entrevistados. Na faixa de 3 a 4 e mais que 4 salários, representam o mesmo percentual de cerca de 14,3%.

**Figura 5 - Renda dos entrevistados**



**Fonte:** Elaborada pelos autores (2022).

As atividades praticadas pelos agricultores são Agricultura, Apicultura e a Pecuária, sendo a pecuária a atividade mais presente entre os respondentes, conforme pode ser observado na Tabela 6.

**Tabela 6** - Atividades praticadas pelos agricultores familiares

<b>Atividades</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Agricultura	21,5
Apicultura	7,0
Agropecuária	43,0
Agricultura e Apicultura	7,0
Agricultura, Apicultura e a Pecuária	21,5

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2022).

Os produtos produzidos na comunidade são: feijão, mandioca, cana-de-açúcar, milho, banana, chuchu, maxixe, mamão, coco, jaca, jabuticaba, acerola, açaí, mel, cachaça, abóbora, tomate, couve, alface, cebolinha, coentro, cebola, alho, goma, farinha de mandioca, leite, gado de corte e cria, porco, galinha e requeijão.

Perguntados sobre o acesso à água, todos responderam que têm acesso e que vem das nascentes. Com relação ao modo de comercialização da produção por parte dos agricultores pesquisados, há uma grande diversidade. Seus produtos são comercializados nos seguintes estabelecimentos: posto de refrigeração (laticínio), açougues, supermercados, feiras populares, bares, na própria comunidade e em escolas.

Durante as entrevistas, foi identificado que em 71,5% das famílias agrícolas há pessoas que desenvolvem outras atividades remuneratórias além da atividade no campo e 28,5% vivem apenas do que produzem. Essas atividades são: doméstica, manutenção de refrigeração, diarista em fazendas e serviços gerais para terceiros.

Segundo Berchin *et al.* (2019), a agricultura familiar, em conjunto com a agricultura em larga escala, é fundamental para a segurança alimentar brasileira. Ou seja, investir em políticas públicas para o incentivo a permanência no campo é de extrema necessidade, haja vista que esses agricultores fornecem alimentos para comércios locais e escolas.

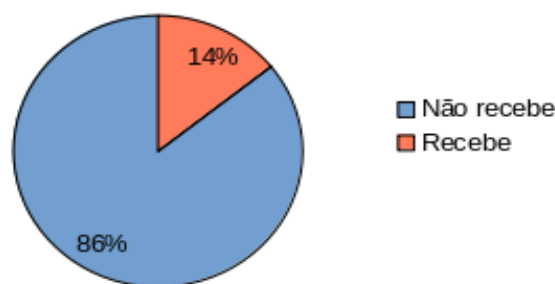
Nesse sentido, quando perguntados se possuíam financiamentos adquiridos, 46,9% responderam que não, e 57,1% responderam que sim. Os financiamentos adquiridos por esses respondentes são o PRONAF. Esse programa, atualmente, alcança considerável dimensão com operações em todo o território nacional, consolidando-se como a principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil e representando uma injeção considerável de recursos monetários na economia de muitos municípios, com destaque para os mais pobres (Silva, 2011). Os valores recebidos por eles a partir desse programa variam de R \$5.000,00 a

R\$ 44.000,00. Apesar da precária condição da agricultura familiar na comunidade pesquisada, ela é responsável por atender a grande parte da demanda por produção de alimentos da região.

#### 4.5. Assistência Técnica

A assistência técnica é de suma importância para uma produção de maior qualidade, com menor custo e maior lucro. Perguntados se recebem assistência técnica de alguma instituição, 14,0% responderam que sim e 86,0% não, como mostra a Figura 7.

**Figura 7 - Assistência Técnica**



Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Um dos entrevistados, ao responder a essa pergunta, diz que: “*não, assistência técnica nenhuma, zero! Vish... se você falar em assistência técnica, em atores, né, atuantes, protagonistas aqui tira a (cita nome de uma instituição) do jogo, viu?! Aquilo ali é uma porcaria, [...] é um Deus nos acuda, né?!*”. Outro diz: “*não! Agora você apertou na tecla!(risadas)*”. O casal de agricultores que respondeu sim disse durante a entrevista que: “*quando a gente combina pra vim, vem. Mas, pra vim assim, não!*” (Fala interrompida pela esposa) “*Mas pra vim diariamente, assim, não! Aí se chamar, se precisar, por exemplo, tem (nome do servidor da instituição) precisou aqui, pra medir um piquete, pra fazer uma análise, eles estão aí, se procurar eles estão!*” (Fala interrompida pelo esposo) “*Mas pra ter aquela assistência, aquele compromisso, vou lá, vou lá, aí não! Mas quando a gente convida eles vêm*”.

Cruz et al. (2021, p.2) salientam que “*não basta apenas fornecer crédito para o produtor familiar, se ele não tiver os conhecimentos técnicos necessários para melhorar sua produção*”. Dentre as vantagens da assistência técnica, pode-se citar o auxílio na documentação necessária para se candidatar a um programa de crédito rural visando conseguir investimentos para alavancar a produção nas propriedades e a ajuda técnica especializada no manejo da produção agropecuária, fazendo assim, posteriormente, bom uso do recurso financeiro adquirido.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, a partir das entrevistas e análise dos dados, conseguiu atingir o objetivo geral que consistia em fazer a caracterização socioeconômica dos agricultores familiares da comunidade estudada. Com base nos resultados obtidos conclui-se que os produtores investigados apresentam baixo nível de escolaridade, não conseguem se sustentar apenas da atividade praticada no campo, carecem de assistência técnica, de tecnologia e de acesso a políticas públicas que visem a permanência do homem no campo.

A partir das análises é possível concluir que existe a necessidade urgente por políticas públicas que auxiliem os agricultores familiares da presente comunidade no plano prático, uma vez que os desafios apresentados se manifestam na realidade concreta. Tais desafios devem ser enfrentados no processo de implementação de políticas públicas que envolvam ações integradas, tais como: assistência técnica e estímulo à produção; regularização fundiária; desenvolvimento de negócios; acesso à assistência técnica; incentivos para a melhoria da produção com práticas voltadas para inserção de tecnologia alinhada à preservação do meio ambiente; e melhorias no acesso a serviços básicos de cidadania como educação e saúde, programas de proteção social e transferência de renda para a população rural.

Como limitação da presente pesquisa, pode-se citar a abrangência limitada por se tratar de uma pequena comunidade rural. Como sugestão para pesquisas futuras, tem-se a expansão do lócus de pesquisa em busca de outras comunidades rurais, com a finalidade de conseguir um parâmetro das condições de todos os agricultores do município, haja vista que a realidade de uma comunidade pode ser completamente diferente das outras.

## AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. (1998). Agricultura familiar e serviço público: Novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília*, 7(1), 137–157.
- Abramovay, R. (1998). Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária*, 28(1), 2.
- Almeida, L. S. (2013). *Os conhecimentos matemáticos não formais praticados pelos agricultores familiares da comunidade Sapata no município de Almenara - MG*. (Trabalho de Conclusão de Curso- Licenciatura em Matemática do Campo). Universidade do Estado de

Minas Gerais, Diamantina MG, Brasil.

Aquino, J. R. De, Gazolla, M., & Schneider, S. (2018). Dualismo no Campo e Desigualdades Internas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 56(1), 123–142. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>

Berchin, I. I., Nunes, N. A., de Amorim, W. S., Alves Zimmer, G. A., da Silva, F. R., Fornasari, V. H., Sima, M., & de Andrade Guerra, J. B. S. O. (2019). The contributions of public policies for strengthening family farming and increasing food security: The case of Brazil. *Land Use Policy*, 82, 573–584. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.12.043>

Bezerra, G. J., & Schlindwein, M. M. (2017). Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. *Interações (Campo Grande)*, 18(1), 3–15. (01)

Buainain, A. M., Romeiro, A. R., & Guanziroli, C. (2003). Agricultura familiar e o novo mundo rural. *Sociologias*, 10, 312–347. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000200011>

Costa, B. A. L., Amorim Junior, P. C. G., & Silva, M. G. da. (2015). As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(1), 109–126. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301006>

Cruz, N. B. da, Jesus, J. G. de, Bacha, C. J. C., & Costa, E. M. (2021). Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 59(3), 1–20. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.226850>

Delgado, G. C., & Cardoso Jr, J. C. (1999). O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. In *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros* (pp. 319–343).

Görge, S. A. (2004). *Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa* (3rd ed.).

Ministério da Cidadania. (2020). *Auxílio Emergencial*. Ministério Da Cidadania. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>

Graf, L. V. (2016). *Gestão Da Propriedade Rural: Um Estudo Sobre a Autonomia Do Jovem Na Gestão Da Propriedade Rural*. (Trabalho de Conclusão de Curso- Bacharelado em Administração). Centro Universitário UNIVATES, Lajeado.

Guilhoto, J., Ichihara, S. M., Silveira, F. G., Diniz, B. P. C., Azzoni, C. R., & Moreira, G. R. C. (2007). A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (Family agriculture's gdp in Brazil and in it's states). *V Encontro Nacional Da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*. <http://www.ssrn.com/abstract=2408072>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *IBGE | Cidades | Minas Gerais | Águas Formosas | Panorama*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aguas-formosas/panorama>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2019). *Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%*. Censo Agro 2017. <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8.html>

Lacerda, M. B. S., Oliveira, A. R. de, Campos, V. B., & Menezes Júnior, J. C. de. (2010). Diagnóstico sócio-econômico dos agricultores e o impacto do programa Bolsa Família na comunidade São Francisco, município de Conceição, Paraíba. *HOLOS*, 1, 41. <https://doi.org/10.15628/holos.2010.336>

Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. (1964). Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*. Recuperado de: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm)>

Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. (1979). Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*. Recuperado de: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/16746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16746.htm)>

Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. (1993). Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*. Recuperado de: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm)>

Lei nº 11.326, de 24 julho de 2006. (2006). Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*. Recuperado de: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>

Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5º). Editora Atlas S. A.

Mattei, L. (2014). O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo. *Revista Econômica Do Nordeste*, 45, 71–79.

Meirelles, H., & Filho, H. M. de S. (2004). Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In *XLII Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia E Sociologia Rural*.

Oliveira, T. R., Rocha, L. C. S., Faria, J. V. C., Aquila, G., & Junior, P. R. (2020). Apuração de custos como ferramenta de gestão na agricultura familiar: um estudo de caso na região do Baixo Jequitinhonha. *Custos e @gronegocio on Line*, 16(2), 172–211. [http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v16/OK 9 jequitinhonha.pdf](http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v16/OK%209%20jequitinhonha.pdf)

Picolotto, E. L. (2014). Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(suppl 1), 63–84. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>

Ribeiro, E. M., Ayres, E. B., Galizoni, F. M., Almeida, A. F., & Pereira, V. G. (2014). Programas sociais, mudanças e condições de vida na agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(2), 365–386. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000200009>

Rocha, L. C. S., Oliveira, T. R., Pelógio, E. A., & Souza, R. I. Q. de. (2019). Influência dos grandes centros produtores nos preços da mandioca de mesa e seus derivados das regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri do estado de Minas Gerais. *Recital-Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG*, 1(2), 103–117.

Sauer, S. (2008). *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*.

Silva, V. M. da, & Nunes, E. M. (2022). As ações do Serviço Nacional De Aprendizagem Rural (SENAR) nos territórios do Rio Grande do Norte no ano de 2020. *Revista Grifos*, 31(57), 01–19. <https://doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6746>

Silva, S. P. (2011). Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 16(58). <https://doi.org/10.12660/cgpc.v16n58.3565>

Turrioni, J. B., & Mello, C. H. P. (2012). *Metodologia de pesquisa em engenharia de produção*. Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI.

Veiga, J. E. da. (1996). Agricultura Familiar e Sustentabilidade. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 13(3), 383–404.

Wikipédia. (n.d.). *Águas Formosas* – *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Retrieved July 1, 2022, from [https://pt.wikipedia.org/wiki/Águas\\_Formosas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Águas_Formosas)

Zachow, M., & Plein, C. (2018). A gestão como característica da agricultura familiar. *Brazilian Journal of Development*, 4(6), 3318–3334.